

PROJETO DE NAÇÃO O BRASIL EM 2035: DIREITOS SOCIAIS, SUBALTERNOS E MEIO AMBIENTE

BRAZIL NATION PROJECT IN 2035: SOCIAL RIGHTS, SUBALTERNS, AND THE ENVIRONMENT



Ricardo Ramos Shiota

 Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8932-8130>

 E-mail: rrshiota@gmail.com

Resumo: Projeto de Nação: o Brasil em 2035 é um documento de 96 páginas, publicado em 2022 pelo Instituto Sagres, de autoria coletiva, que versa sobre 37 temas considerados estratégicos para o país. Cada tema é apresentado com base na “incerteza crítica”, no “minicenário foco”, nos “objetivos”, nas “diretrizes” e nos “óbices”. Ele sistematiza e exprime o pensamento político de setores das Forças Armadas, da alta classe média, da burocracia e do mercado que apoiaram o governo Bolsonaro. Nesse estudo é indagado quais seriam os seus efeitos, caso implementado, discutindo as suas consequências para os direitos sociais, para o meio ambiente e para as populações subalternas. O projeto é abordado do ponto de vista da etnografia dos documentos burocráticos e da crítica histórica. Sustentamos que a classe média, situada na burocracia do Estado e do mercado, autora desse plano de futuro, elabora uma ideologia que aglutina neofascismo e neoliberalismo com vistas a constituir, perseguir inimigos, aprofundar a novíssima dependência e a pilhagem da economia brasileira pelo “grande capital” internacional e pela “grande burguesia associada”.

Palavras-chaves: Pensamento político. Militares. Burocracia. Neofascismo. Neoliberalismo.

Abstract: “Nation Project: Brazil in 2035” is a 96-page document published in 2022 by the Sagres Institute. It is a collective work that addresses 37 themes considered strategic for the country. Each theme is presented based on “critical uncertainty,” “focused mini-scenario,” “objectives,” “guidelines,” and “obstacles”. The document systematizes and expresses the political thinking of sectors within the Armed Forces, the upper middle class, bureaucracy, and the market that supported the Bolsonaro government. The study raises questions about the potential effects of the implementation of the project, discussing its consequences for social rights, the environment, and marginalized populations. The project is approached from the perspective of the ethnography of bureaucratic documents and historical criticism. The argument put forth is that the middle class, situated in the bureaucracy of the State and the market and authoring this future plan, is formulating an ideology that combines neo-fascism and neoliberalism. This ideology aims to unite, pursue enemies, deepen the newest form of dependence, and exploit the Brazilian economy for the benefit of international big capital and the associated bourgeoisie.

Keywords: Political thought. Military. Bureaucracy. Neo-fascism. Neoliberalism.

Introdução¹

Com a ascensão dos países asiáticos, desde o início do século XXI, tem havido o deslocamento do centro hegemônico mundial do Ocidente para o Oriente. Ao invés de adotarem a globalização financeira e pautarem a economia no modelo neoliberal, seguiram uma globalização produtiva ao atribuir ao Estado o papel de planejar e controlar os investimentos externos privados. A crise de 2008 evidenciou os limites da acumulação lastreada nas finanças e liderada pelos EUA. Ao mesmo tempo, o socialismo de mercado chinês, com a Nova Rota da Seda², vem patrocinando inversões em projetos de infraestrutura, afirmando a liderança desse país, responsável por 2/3 do comércio internacional. A mudança do centro dinâmico da economia mundial, o fortalecimento dos Brics³, o ocaso da sociedade industrializada no Ocidente provocado pelo neoliberalismo, e o surgimento de uma nova era digital, são fatores novos que têm apontado para a possibilidade da construção de um novo ciclo de acumulação liderado pela China⁴.

A transformação estrutural, em curso, tem aberto novas possibilidades para o Brasil, cujo parque industrial, constituído em 1930 e transformado ao longo das décadas por Jucelino Kubitschek e a ditadura empresarial-militar, sob o modelo de substituição de importações, vem sendo arruinado. Isso ocorre desde 1990, em razão da inserção mal conduzida no processo de mundialização do capital e pela política neoliberal, que tornou o país refém do capital financeiro e da especialização econômica como produtor e exportador de *commodities*, regredindo a posição do país na Divisão Internacional do Trabalho ao modelo primário-exportador⁵ ou à novíssima dependência. Esse fenômeno sinaliza mudanças nas relações de dependência em termos de agravamento e fim das vantagens na associação com o capital estrangeiro, financeiro e monopolista industrial, que tem se orientado para os ganhos fáceis, imediatos, sem riscos, mediante a especulação financeira,

¹ Este artigo é resultado de um projeto de pós-doutorado, em andamento, supervisionado pela professora doutora Joana Coutinho, junto ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA. Contou com financiamento da FAPEMA. Ele foi apresentado, em outubro de 2023, no GT da Anpocs: Forças Armadas, Estado e Sociedade. Agradeço as contribuições dos debatedores Eduardo Heleno (UFF) e Eduardo Munhoz Svartman (UFRGS). Também sou grato às sugestões dos pareceristas *ad hoc* desta revista.

² A Nova Rota da Seda é um projeto de infraestrutura proposto pela China, com um investimento trilionário realizado na Ásia, Europa, África e América Latina, até o presente. Objetiva criar uma ampla rede de comércio e cooperação, foi inaugurada em 2013 pelo presidente chinês Xi Jinping.

³ Agrupamento voltado para a cooperação entre os países participantes, em vias de institucionalização vertical e horizontal. A sigla faz menção aos países que estão na sua origem: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O BRICS promove aos seus membros a oportunidade para (a) promover o diálogo, identificar áreas de convergência e coordenar ações em relação a diversas questões; e (b) expandir os contatos e colaboração em setores específicos.

⁴ POCHMANN, M. *Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural*. Campinas: Editora Unicamp, 2022.

⁵ *Idem*.

a privatização de empresas públicas, o controle e a posse dos recursos naturais das economias periféricas⁶.

Diante desse cenário de dominação estrangeira e de virtualidades que se descortinam para o país com a mudança do centro hegemônico da economia mundial, a disputa sobre o futuro do Brasil está na ordem do dia, tratando-se de um conflito ideológico e político sobre o sentido a ser dado a essa “grande transformação”⁷.

Nesse artigo, parte de um projeto mais amplo, estudamos o projeto de futuro proposto pela *intelligentsia* apoiadora do governo Bolsonaro⁸ num documento publicado no ano de 2022. Problematizamos os efeitos do *Projeto de Nação: o Brasil em 2035*, caso fosse implementado, discutindo as suas consequências para os direitos sociais, para o meio ambiente e para as populações subalternas. Ele é abordado do ponto de vista da etnografia dos documentos burocráticos e da crítica histórica. Da perspectiva etnográfica, almejamos tanto focalizar as interações entre sujeitos produtores do documento e sujeitos documentados, quanto revelar a sua performatividade: o que ele sugere, faz e incita nos contextos onde circula e é arquivado⁹. Do ponto de vista da crítica histórica, buscamos perceber este documento do prisma de “como ele permite compreender a sociedade da qual se constitui como vestígio”¹⁰. Assim, ambas as perspectivas permitem interpretar, comentar e contextualizar o que é dito e ocultado.

O documento sistematiza a estratégia de futuro, as principais diretrizes do projeto de poder dos militares¹¹ e demais forças econômicas, sociais e políticas que se aglutinaram em torno do governo Bolsonaro (2018-2022). Ele “não representa oficialmente o pensamento de corporações armadas, mas exprime sentimentos, ideias e proposições correntes nas fileiras”¹². As suas formulações são compatíveis com as práticas do governo Bolsonaro contemplando o pensamento atual de uma geração¹³ de oficiais-generais da

⁶ SOUZA, A. M. *Dependência e governos do PT*. Curitiba: Appris, 2021. Ver também: SAES, D. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In: NOGUEIRA, F. M. Gomes; RIZOTTO, M. L. (org.). *Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil*. São Paulo, Xamã, 2007. Ver também: FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In: FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido*. Rio de Janeiro: Insight, 1995

⁷ POCHMANN, M. *Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural*. *Op cit*.

⁸ Alguns membros do grupo que elaborou o projeto, como Rocha Paiva e Mainard Santa Rosa, são dissidentes da liderança exercida por Bolsonaro. No entanto, apoiaram o governo e, através deste documento, buscam apresentar um projeto mais refinado para a condução dos interesses representados por este ex. Presidente

⁹ FERREIRA, L. Encontros etnográficos com documentos burocráticos: Estratégias analíticas da pesquisa antropológica com papéis oficiais. *Etnografias Contemporâneas*, [S. l.], v. 8, n. 15, 2022. Disponível em: <https://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/1220>. Acesso em: 18 may. 2023.

¹⁰ LÉTORNEAU, J. *Ferramentas para o pesquisador iniciante*. SP: Martins Fontes, 2011. p. 107.

¹¹ O ativismo militar é um fenômeno global e, no Brasil, o documento em tela é uma das expressões da ideologia que mobiliza setores das FA.

¹² NETO, M. D. *Comentários a um delírio militarista*. Editora Gabinete de Leitura, 2022. p. 10.

¹³ Geração é noção “disposicional”: envolve afinidades, sensibilidades comuns vivenciadas e herdadas que condicionam o sentimento de partilha de um mesmo destino. O termo abrange os generais Cardoso e Augusto Heleno, formados em 1962 e 1969 na Aman, e outros oficiais que se formaram posteriormente, mesmo em outras

reserva e da ativa, formados na Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), que se aglutinou naquele governo¹⁴.

Levamos o projeto a sério, a despeito de existirem críticas acerca da indigência intelectual dos seus formuladores. Além desta introdução, o texto possui mais três tópicos. No primeiro, delimitamos o perfil das instituições envolvidas, dos seus autores, questionando a metodologia empregada. No segundo, evidenciamos a concepção do político subjacente ao documento, a sua lógica interna e mostramos a presença das concepções de Olavo de Carvalho, um dos ideólogos do movimento neofascista brasileiro¹⁵. No terceiro, apresentamos as suas propostas, mostrando como elas, ao objetivarem aprofundar as reformas neoliberais, são contrárias aos direitos sociais, aos interesses dos subalternos e à preservação do meio ambiente.

Argumentamos que essa classe média, situada na burocracia do Estado e do mercado, autora desse plano de futuro, elabora uma ideologia que aglutina neofascismo e neoliberalismo com vistas a constituir, perseguir inimigos e aprofundar a novíssima dependência, a especialização no agronegócio e a pilhagem da economia brasileira pelo “grande capital internacional” e pela “grande burguesia associada”.

Um plano de negócios da *intelligentsia* apoiadora do Governo Bolsonaro

Desde o fim da ditadura, a burguesia brasileira vem reconfigurando as bases de dominação e as estratégias de ação política em busca da direção política e ideológica de modo contínuo e dinâmico. Tem sido criada uma constelação de aparelhos privados de hegemonia que objetivam engendrar projetos de poder pautados na ideologia de mercado, difundir a ideologia liberal, elaborar diretrizes, modos de intervenção e proposição de políticas públicas. Tais aparelhos são instituições sociais que operam de modo voluntário e com certo grau de independência relativamente ao Estado, mas, ao mesmo tempo, estão interconectados com ele, de modo dinâmico, e com o propósito de assegurar a dominação burguesa na contemporaneidade. Apesar de existirem contradições e conflitos

instituições militares, pois partilham a mesma visão de mundo. Cf. MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (org). *Karl Mannheim: Sociologia*, São Paulo, Ática, 1982, pp. 67-95.

¹⁴ MARTINS FILHO, J. R. Ordem desunida: militares e política no governo Bolsonaro. *Perseu. História, memória e política*. N. 18, Ano 13, Outubro de 2019. p. 167-193

¹⁵ BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n.50, 2020. p.111-119.

intraburgueses nesses *think tanks*¹⁶ liberais, existe uma plataforma comum de interesses que visa à ampliação da acumulação de capital e à superexploração do trabalho¹⁷.

Na cerimônia de lançamento do *Projeto de Nação: o Brasil em 2035*, os oradores revelaram algumas informações a respeito do processo de criação do documento, resultado de uma parceria entre os seguintes aparelhos privados de hegemonia: Instituto General Villas Boas¹⁸, Instituto Sagres¹⁹ e Instituto Federalista²⁰. Korontai²¹ afirmou que as suas ideias, gestadas desde 1991, “finalmente, encontraram eco nas duas entidades com a qual viemos a nos consorciar”, afirmação corroborada pelos demais oradores. É o caso de Sturari, presidente do Instituto Sagres, que narrou ter ocorrido a adesão do grupo vinculado ao general Villas Boas no ano de 2018, ano no qual Jair Bolsonaro venceu a eleição para a Presidência da República²².

Ademais, em um dos documentos, que antecedeu o projeto, há a seguinte orientação: “*elaborar Diretrizes que preservem, no máximo possível, as prioridades hoje definidas pelos ministérios*”²³. Também o general Luiz Eduardo Rocha Paiva²⁴, ao apresentar o projeto, imediatamente antes de afirmar que já havia sido disponibilizado ao governo Bolsonaro, refere-se a esse como “*nosso governo [...] o único ente que pode tocar esse projeto para frente, o governo*”. Assim, ao invés de ser um documento “apartidário”, “representante de toda nação”, um “projeto do povo brasileiro”, conforme expresso no

¹⁶ Um *think tank* é uma organização ou instituição, associada a universidade, governo, mercado ou fundações, que se dedica à pesquisa, análise e formulação de políticas em diversas áreas. O termo pode ser traduzido para o português como “centro de estudos estratégicos”.

¹⁷ CASIMIRO, F. H. C. *A Nova Direita – aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

¹⁸ Fundado em 2019, apresenta-se como entidade sem fins lucrativos. Recebeu verbas da Fundação Habitacional do Exército, possuía convênios com quatro órgãos federais, com a Confederação Nacional da Indústria e com a agência de comunicação FSB. Recebeu 40 milhões de reais do Ministério da Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento de projetos de tecnologia assistiva (ZANINI, 2021).

¹⁹ Fundado em 2004 como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPI). “O Sagres foi idealizado para ser um *think tank*, ou seja, um instituto de formulação de políticas, tendo como referências, ainda que distantes, a *Rand Corporation*, por exemplo, na Califórnia ou a Fundação Heritage de Washington” (STURARI, 2022).

²⁰ Fundado em 2005 com o objetivo de difundir as ideias federalistas.

²¹ Thomas Korontai é presidente do Instituto Federalista. Foi candidato, sem sucesso, à Deputado Federal nas eleições de 2022 pelo PTB. Em seu perfil no site do TSE consta, como ocupação, empresário e, como grau de instrução, Ensino Médio Incompleto. Declarou patrimônio de R\$36.410,00. KORONTAI, T. Discurso. In: SAGRES, Instituto. Transmissão da Solenidade de Lançamento do Projeto de Nação. *Youtube*, 21/05/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERvuSep8Ric&t=520s>. Acesso em 31/08/2023.

²² STURARI, R. Discurso. In: SAGRES, Instituto. Transmissão da Solenidade de Lançamento do Projeto de Nação. *Youtube*, 21/05/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERvuSep8Ric&t=520s>. Acesso em 31/08/2023.

²³ SAGRES, I. *Projeto de nação o dono é o Brasil. Resumo do Projeto e Orientação aos Respondentes da Consulta Águres*. Brasília, Instituto Sagres [s.d.]. p. 1. Disponível em: https://sagres.org.br/Apresent/2.%20Resumo%20do%20Pjt%20e%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20aos%20Respondentes%20da%20Consulta_J.pdf. Acesso: 01/08/2023.

²⁴ PAIVA, L. E. R. Apresentação. In: SAGRES, Instituto. Transmissão da Solenidade de Lançamento do Projeto de Nação. *Youtube*, 21/05/2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ERvuSep8Ric&t=520s>. Acesso em 31/08/2023.

documento e na fala dos seus autores, essas informações deixam claro que ele é a sistematização das políticas interna e externa pretendidas e executadas pelo governo Bolsonaro e as forças políticas, sociais e econômicas que o apoiaram.

A participação decisiva do Instituto General Villas Boas e a presença significativa de funcionários, civis e militares, do aparelho de Estado e membros do governo Bolsonaro na produção coletiva do projeto são informações relevantes para essa análise.

A autonomia relativa do Estado funda-se na construção de uma burocracia, que separa o poder estatal da administração, tornando o aparelho de Estado, de forma aparente, o representante não das classes dominantes, mas do conjunto da nação. A burocracia, entretanto, vai além da administração racional, pois, simultaneamente, é sujeito de direção estatal, criadora da racionalidade estratégica, produtora de conhecimento para fins de controle social, emissora ideológica, sujeito da mediação entre as frações da burguesia e das relações entre as classes sociais, organizadora da unidade política do Estado e barreira contra as mudanças sociais que ameacem a unidade das classes dominantes²⁵.

O Estado capitalista se incumbe do monopólio da repressão física organizada, que “reveste-se de um caráter propriamente político. Torna-se o apanágio exclusivo do poder político; sua legitimidade participa doravante da legitimidade do Estado; apresenta-se como uma violência [...] submetida à regulamentação normativa do Estado de direito”²⁶. O exercício do monopólio legítimo do uso da violência ocorre em nome do bem-comum do povo-nação e do “Estado de Direito”. A burocracia militar é a síntese última do Estado, a dominação na forma coercitiva. Quando ocupa as funções centrais do aparelho de Estado significa que este fracassou na construção ideológica da sua dominação perante a sociedade civil. No Estado moderno, fundado na ideologia e na hegemonia, ocorre a pretorianização dos militares, que assumem um papel de estamento. As Forças Armadas (FA), ao concentrarem o poder de coerção, portam virtualmente a possibilidade da ditadura, se a burocracia e os aparelhos privados de hegemonia não lograrem a produção do consenso²⁷.

O efeito de isolamento da burocracia de Estado, proporcionado pela autonomia relativa do Estado burguês em relação à luta de classes e a impossibilidade de uma classe representar os interesses da nação, faz com que a burocracia se apresente como unidade política do povo-nação nas suas elaborações ideológicas. E essa autonomia que adquire

²⁵ ZAVALETA MERCADO, R. René *Zavaleta Mercado Ensayos 1975-1984*. Obra completa II. In: CRESPO, M. S. (Ed.). La Paz, Bolivia: Plural editores, 2013.

²⁶ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Campinas: Editora Unicamp, 2019. p. 233.

²⁷ TAPIA, L. *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: Muela del Diablo Editores; CIDES-UMSA, 2002.

“reflete precisamente o poder político das classes dominantes e representa seus interesses nas condições particulares econômicas, políticas e ideológicas, da luta de classes nessas formações”²⁸.

Nas sociedades latino-americanas essa justificativa é constrangida pela dominação imperialista, que tende a aproximar a burocracia das forças econômicas e sociais mais retrógradas, como que em razão de um instinto de autopreservação²⁹. Na condição de sistema de mediações, o Estado, através do seu sujeito, a burocracia, não apenas tem que mediar interesses entre as classes sociais e outros grupos subalternos, ele “también tiene que mediar sus propios intereses objetivos tanto estratégicos como coyunturales con el conjunto de las clases sociales y otras formas de organización de intereses y prácticas económico-sociales y políticas”³⁰. Logo, a presença destacada de membros da burocracia estatal governamental nos aparelhos privados de hegemonia que produziram, coletivamente, o *Projeto de Nação: Brasil 2035* é um dado bastante relevante. Vejamos como se dá essa composição.

Categoria	Quantidade
Militares	13
Civis	21
Autores sem informações na internet	7
Total	41

Tabela 1: Autores do Projeto de nação: Brasil 2035 (Elaboração própria)

O processo de elaboração do plano de futuro contou com a participação de 41 pessoas, tendo iniciado durante a pandemia da Covid-19. Desse conjunto de autores, quatro são mulheres e trinta e sete homens. Dois autores faleceram em decorrência do vírus. Em levantamento do perfil desses autores, usando ferramentas de pesquisa da internet, foi possível extrair algumas informações relevantes. Eles fazem parte da burocracia do mercado e da burocracia estatal, civil e militar, estratos da alta classe média, que formaram um movimento de apoio ao governo Bolsonaro, forças que compõem a extrema direita e denominadas de neofascistas³¹. O pertencimento de classe da burocracia deriva das classes e frações de classe nas quais as diversas camadas da administração pública são recrutadas. Embora não seja uma classe social, possui um pertencimento de classe e sua existência depende do funcionamento de classe do Estado, pois ela é constitutiva de seu aparelho³².

²⁸ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Op cit. p. 362.

²⁹ ZAVALETA MERCADO, R. René *Zavaleta Mercado Ensayos 1975-1984*. Obra completa II. Op cit.

³⁰ TAPIA, L. *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*. Op cit. p. 179.

³¹ BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. Op cit.

³² POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Op cit.

A burocracia forma uma categoria social particular com unidade própria e autonomia relativa, que lhe permite falar em nome da nação, devido ao burocratismo –um modo de organização hierarquizada pautado na delegação de poder do aparelho de Estado– e graças as relações entre lutas de classes e Estado. O burocratismo é o amálgama da ideologia dominante e das estruturas do Estado capitalista, mas a ideologia que preside o funcionamento burocrático é pequeno-burguesa, tendo como alguns de seus elementos: a ocultação do saber, impessoalidade das funções, monopólio do saber, representação do interesse geral. O burocratismo é um fenômeno político, diz respeito à organização e ao funcionamento interno do aparelho de Estado – e não ao poder de Estado que pertence à fração da classe social dominante detentora da hegemonia no interior do bloco no poder³³.

O neofascismo brasileiro ganha projeção em uma conjuntura de crise, em 2013, que favoreceu a promoção do ativismo político e o fortalecimento da burocracia civil e militar do Estado, em detrimento dos partidos políticos. Ele remete a um grupo político encabeçado pelo núcleo duro do bolsonarismo, movimento social e ideologia, de origem na alta classe média, em favor da instauração de um regime político neofascista e, no limite, de uma ditadura³⁴.

[...] o neofascismo brasileiro, com predomínio da classe média, critica a corrupção e a “velha política”, e o faz, no caso da corrupção, de uma perspectiva conservadora e moralista e, no caso da “velha política”, de uma perspectiva autoritária que enaltece a concentração do poder no Executivo e aponta para o fim da política parlamentar, isto é, para o fim da democracia burguesa³⁵.

Dos treze militares que assinaram o documento, oito são do Exército, sendo que sete desses foram formados na Aman. Três são da Aeronáutica e formaram-se na Academia da Força Aérea; um é da Marinha, formado pela Escola Naval e um é Major da Polícia Militar do Distrito Federal.

Dos vinte e um civis, a maioria possui um perfil profissional voltado para a burocracia do mercado: finanças, turismo, serviços educacionais, educação a distância, agronegócio, informática, marketing, gestão de riscos, redução de custos, auditoria ambiental, administração aeroportuária, administração de empresas e negócios, consultoria na área de gestão de serviços, planejamento estratégico etc.

Os civis possuem formações acadêmicas variadas: Economia, Administração, Relações Internacionais, Psicologia, Pedagogia, Turismo, Engenharia e Direito em

³³ *Idem*.

³⁴ BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. *Caderno CRH*, [S. l.], v. 34, p. e021009, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.35578. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/35578>. Acesso em: 12 set. 2023.

³⁵ *Idem*, p. 6.

instituições como PUC (RJ), FGV, Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, UniCeub. Nove deles atuaram ou atuam no aparelho de Estado em diversos cargos como: reitor, diplomata, consultor legislativo no Senado, professor em universidade pública, gestão estratégica no Tribunal Superior do Trabalho, Analista pleno sênior em C&T&I, pesquisador IBICT/MCTI, advogado da União. Os doze demais atuam no setor privado e no “terceiro setor”.

Além desses 41 autores³⁶, o projeto fez uma consulta pública na qual se somaram a participação de 2500 pessoas. Durante a produção, na nona etapa de elaboração dos cenários prospectivos, fora feita uma consulta aos “especialistas”, intitulada *Águres*³⁷. Nela foram colhidas, mediada pela colaboração de instituições públicas e privadas, as impressões relativas ao futuro de 2500 “dos mais diversos atores – pessoas físicas (cidadãos) e jurídicas dos setores público e privado e da sociedade civil”³⁸. Outras 3500 e quinhentas pessoas responderam, mas suas opiniões não puderam ser computadas, pois excedeu o prazo de dois meses estabelecido pelo cronograma do projeto³⁹.

Sob o respaldo dessa “ampla consulta”, os autores colocam-se como os representantes da nação. A esse conjunto que assina o projeto e “especialistas” consultados, denominamos, de forma irônica, de *intelligentsia* apoiadora do governo Bolsonaro, uma vez que eles se colocam acima das contradições de classe e da parcialidade das “ideologias radicais”, como sendo os legítimos portadores de uma síntese das demandas sociais: os verdadeiros representantes dos interesses coletivos, únicos capazes de elaborar uma compreensão abrangente da situação histórico-social brasileira⁴⁰. Mas, na realidade, o ativismo político da burocracia de Estado e do mercado provém da alta classe média, base social fundamental do neofascismo⁴¹.

Ao se autoatribuir o papel de porta-voz da nação, esta *intelligentsia* apoiadora do governo Bolsonaro reserva a si algumas prerrogativas.

³⁶ O projeto foi coordenado pelo general Luiz Eduardo Rocha Paiva e pela professora Maria Verônica Korilio Campos. Sete dos autores não tiveram o perfil identificado devido à presença de nomes e sobrenomes comuns, o que dificultou a distinção entre eles.

³⁷ Na Roma antiga, os augures eram sacerdotes responsáveis por interpretar os sinais divinos, deduzidos com base no voo e comportamento das aves, esses dados eram usados para fazer previsões sobre eventos futuros e orientar as decisões políticas e religiosas. “Formaram um colégio venerado em Roma e nada de importante se fazia sem consultá-los”. Cf. SAGRES, I. *Projeto de nação o dono é o Brasil. Resumo do Projeto e Orientação aos Respondentes da Consulta Águres*. *Op cit.* p. 3.

³⁸ SAGRES, I. *Projeto de nação. Rumos, objetivos e diretrizes estratégicas para um Brasil forte e feliz*. Brasília, 2021. p. 2. Disponível em: <https://sagres.org.br/Apresent/1.%20Proj.%20Na%C3%A7%C3%A3o%20-%20Folder%20Elet%C3%B4nico.pdf>. Acesso: 01/09/2023.

³⁹ PAIVA, L. E. R. Apresentação. *Op cit.*

⁴⁰ SHIOTA, R. R. Política e conhecimentos parciais: a *intelligentsia* enquanto fundamento social da síntese em Karl Mannheim. *Aurora*, n. 4, jul. 2009, p. 57-64.

⁴¹ BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. *Op cit.*

Sabe-se que as relações de força nunca se reduzem a relações de força: todo exercício da força é acompanhado por um discurso que visa legitimar a força de quem a exerce; pode-se mesmo dizer que é próprio de toda relação de forças dissimular-se como relação de força e de só ter toda sua força na medida que ela se dissimula como tal⁴².

Essa burocracia estatal e do mercado, pertencente à classe média, coloca-se como defensora de um projeto que almeja subtrair direitos da população e apropriar-se do fundo público para alcançar os “objetivos nacionais” pretendidos, tais como: privatizar empresas públicas, reduzir as capacidades estatais de intervenção na economia e na sociedade, flexibilizar leis para aumentar a taxa de exploração do trabalho e dos recursos naturais, expropriar terras devolutas, legalizar terras apropriadas pela grilagem, promover o agronegócio e a mineração como matrizes da economia brasileira.

Proclamando abertamente os interesses envolvidos, o projeto é apresentado como “oportunidades de investimentos [...] com ampla garantia de retorno dos investimentos realizados”⁴³, oferecidas pelo Estado. Essa é uma dimensão da performatividade do documento em relação aos sujeitos com os quais estabelece um plano de negócios e uma relação dialógica, de amizade e parceria.

A criação coletiva do projeto foi dividida em quatro fases: “elaboração de cenários prospectivos”; “definição de objetivos nacionais, com base no cenário alvo”; “elaboração das diretrizes político-estratégicas”; “integração, consolidação e conclusão do projeto”⁴⁴. Antes da consulta aos “especialistas”, os autores realizaram: “estudo dos cenários existentes e levantamento dos temas estratégicos”; “levantamento das incertezas, identificação e redação das incertezas críticas relativas aos temas estratégicos”; “distribuição dos temas aos 38 colaboradores e orientação metodológica de estudos para elaboração da Consulta constando: tema, incerteza crítica, ambientação, hipóteses”; “ajustes e discussões com os 38 colaboradores [sic.] para validação dos resultados apresentados”; “consolidação dos trabalhos e elaboração da peça final da consulta Águres”; “seleção e aquisição da plataforma virtual *Survey Monkey* para realização da consulta a especialistas”; “migração do conteúdo da consulta para dentro da plataforma Virtual”⁴⁵.

O documento final contém 96 páginas e versa sobre 37 temas considerados estratégicos para o país. Eles são divididos em sete eixos: geopolítica mundial; governança

⁴² BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5 ed. São Paulo: Editora Polis, 1987. p. 140.

⁴³ SAGRES, I. *Projeto de nação. Rumos, objetivos e diretrizes estratégicas para um Brasil forte e feliz*. Op cit. p. 5.

⁴⁴ SAGRES, I. *Projeto de nação o dono é o Brasil. Resumo do Projeto e Orientação aos Respondentes da Consulta Águres*. Op cit. p. 2.

⁴⁵ *Idem*.

nacional; ciência, tecnologia e educação; saúde; segurança; defesa nacional; e segurança pública. Foram construídos cenários prospectivos para o ano de 2035, nos quais se busca: “propor medidas para a construção do melhor futuro possível”⁴⁶. Cada tema é apresentado com base na “incerteza crítica”, no “minicenário foco”, nos “objetivos”, nas “diretrizes” e nos “óbices”, como se estivesse no ano de 2035.

Basicamente, o projeto pautou-se pela elaboração de cenários prospectivos, com “uso de metodologia própria e por meio de articulação com parceiros públicos e privados, instituições da sociedade civil, meio acadêmico e um seleto grupo de especialistas que pensam o Brasil”⁴⁷. Ele coletou “percepções sobre o futuro, mas se diferencia pela possibilidade de ouvir milhares de pessoas, via web, por processar as opiniões valendo-se de programas informatizados e por realizar somente uma rodada de consulta [...] o respondente deve se colocar mentalmente em 2035”⁴⁸.

A falácia desta metodologia é flagrante. Primeiro, a amostragem dos participantes é totalmente enviesada por um “*ethos* de classe”, um princípio inteiramente sistemático, um conjunto de valores que as pessoas internalizam desde a sua infância. Tal princípio faz com que as opiniões sejam seletivas, mobilizadas, constituídas, pertencendo menos ao conjunto da sociedade do que a grupos de pressão organizados em torno de um conjunto de interesses políticos e econômicos⁴⁹.

Segundo, há uma total ignorância em torno das “não respostas”, daqueles que não foram consultados, visando a construção de um consenso artificial e artificioso. Igualmente, nesse projeto de nação, não existe a possibilidade de “contraproblemáticas”⁵⁰, de outras possibilidades, de outras vozes, de outras questões, preocupações e conceitos que não aqueles orientados pela sua visão de mundo.

Terceiro, as problemáticas levantadas interessam exclusivamente a um grupo restrito de pessoas, as quais possuem poder econômico, político e social e almejam legitimar os meios de organizar a própria ação política, “reforçar as relações de força que a fundam ou a tornam possível”⁵¹. São problemas imanentes à conjuntura na qual se produziu o documento, estão ligados a certa demanda social, são problemas políticos, isto

⁴⁶ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices*. Brasília, Instituto Sagres, 2022. p. 9. Disponível em <https://sagres.org.br/artigos/ebooks/PROJETO%20DE%20NA%20C3%87%C3%83O%20-%20Vers%C3%A3o%20Digital%2019Mai2022.pdf>. Acesso em 01/07/2022.

⁴⁷ SAGRES, I. *Projeto de nação. Rumos, objetivos e diretrizes estratégicas para um Brasil forte e feliz*. Op cit. p. 3.

⁴⁸ SAGRES, I. *Projeto de nação o dono é o Brasil. Resumo do Projeto e Orientação aos Respondentes da Consulta Áugures*. Op cit. p.3.

⁴⁹ BOURDIEU, P. *A opinião pública não existe*. Op cit.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Idem*, p. 140.

é, problemáticas perpassadas por interesses políticos restritos, aparentemente, do “grande capital internacional” e da “grande burguesia associada”⁵².

Logo, mais do que elucidar o futuro, os cenários prospectivos elaborados pela *intelligentsia* apoiadora do governo Bolsonaro dizem respeito àquela conjuntura distópica em que foram elaborados, buscando influenciar a ação de frações da burguesia brasileira, da burocracia do Estado, de seus representantes políticos, assim como determinar o devir político e econômico do país, mediante a disputa da hegemonia, através da tentativa de “espelhar a identidade nacional, de modo a conquistar corações e mentes”⁵³.

Amigos e inimigos

Um dos três pilares, e mais importante, do *Projeto de Nação: Brasil 2035* seria a Constituição Federal de 1988: “Preâmbulo; Título I - Dos Princípios Fundamentais (artigos 1.º; 2.º; 3.º e 4.º § único)”⁵⁴. Contudo, no documento final foram omitidos termos como “direitos sociais e individuais”, “igualdade e justiça”, “valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”⁵⁵; essa concepção de sociedade sequer é mencionada. Ao invés disso, alguns dos “Princípios Fundamentais” da Carta Magna, além de não serem aludidos, são desrespeitados e descumpridos.

As propostas neoliberais e neofascistas sustentadas afrontam o “pluralismo político”, “a dignidade da pessoa humana”, a proposta de “erradicar a pobreza e a marginalização [...]”⁵⁶, e de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”⁵⁷. A afinidade entre tais ideologias – como escreveu Mussolini na Carta del Lavoro, reside na defesa da “iniciativa privada no campo da produção como instrumento mais eficaz e mais útil no interesse da Nação” (Declaração VII) – estabelece um mesmo campo político. É constante, desde o século XIX, na relação entre fascistas e liberais, “a passagem dos porta-vozes do Capital ao campo da contrarrevolução armada e do terrorismo reacionário em momentos de grave crise nacional”⁵⁸. Além dessa identidade de programas econômicos, presente também no objetivo de atingir o “ajuste fiscal”, reduzir o “custo Brasil”, o financiamento e admiração

⁵² BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. *Op cit.* Os interesses defendidos e seus de classe serão apresentados em outro texto.

⁵³ SAGRES, I. Projeto de nação. Rumos, objetivos e diretrizes estratégicas para um Brasil forte e feliz. *Op cit.* p. 2.

⁵⁴ *Idem*, p. 4.

⁵⁵ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

⁵⁶ O documento menciona o objetivo de abrandar as “desigualdades regionais e sociais”, sob a expectativa de que as políticas neoliberais e neofascistas defendidas elevariam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país para 0,8.

⁵⁷ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

⁵⁸ MORAES, J. Q. de. *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*. Campinas: Unicamp, IFCH, 2001. p. 408.

pelo terrorismo militar, tem-se a “cumplicidade dos liberais com [...] veteranos da “estabilização” implementada nas salas de tortura”⁵⁹.

O busílis é que a Constituição Federal e o documento têm concepções distintas do político. A Carta Magna, resultado de um contexto peculiar⁶⁰, exprime uma concepção política da democracia burguesa. Ainda que de modo formal, é baseada na *soberania popular*, nos princípios democráticos de organização das instituições estatais, no respeito aos *direitos humanos*, no estabelecimento de direitos, com ênfase na *dignidade da pessoa humana*, na igualdade de todos perante as leis. Ela prevê mecanismos para a participação popular, promoção da *justiça social*, reconhecimento de direitos dos povos indígenas e de direitos trabalhistas. Ademais, funda-se no *pluralismo político*, na busca de consensos entre os divergentes, na *igualdade entre os Estados*, na *defesa da paz*, na *solução pacífica dos conflitos*, na *cooperação entre os povos para o progresso da humanidade*⁶¹.

Já o *Projeto de nação: Brasil 2035*, escrito num momento específico⁶², tem como pressuposto a concepção da política criada por Carl Schmitt, jurista alemão e membro do Partido Nazista envolvido na elaboração da legislação do Terceiro Reich. Ele sustenta que a política e o Estado, como unidade normativa, consistem na diferenciação entre amigos e inimigos, pois é da natureza dos povos agruparem-se de acordo com esse critério. O poder político requer a capacidade do Estado de identificar e neutralizar seus inimigos, bem como institui um comportamento determinado pela possibilidade real do conflito armado e da guerra civil, sendo essa condicionada pela definição dos inimigos internos. O inimigo interno é o “inimigo público”, aquele que ameaça um conjunto semelhante de pessoas e põe em risco a unidade estatal. É importante reter que, “os conceitos de amigo, inimigo e combate adquirem o seu sentido real pelo fato de que se referem especialmente à real possibilidade de morte física e mantém esta referência”⁶³.

A autodefinição do documento como “Estratégia Nacional”⁶⁴ supõe a ideia de inimigo, conforme o léxico militar. Ao longo de todo o documento, nas entrelinhas, é perceptível a contraposição entre amigos e inimigos, visando fundar a “dicotomia concreta”⁶⁵. Os amigos são os investidores, “a maioria da população – determinada, ordeira e trabalhadora”⁶⁶ – que se reconhece como conservadora e liberal. Ademais, os

⁵⁹ *Idem*, p. 407.

⁶⁰ Sobre o contexto e processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, Cf. FERNANDES, F. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

⁶¹ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*.

⁶² Sobre o contexto de elaboração ver Boito (2021).

⁶³ SCHMITT, C. *O conceito do político. Teoria do Partisan*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 35.

⁶⁴ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices*. *Op cit.* p. 4.

⁶⁵ SCHMITT, C. *O conceito do político. Teoria do Partisan*. *Op cit.* p. 35.

⁶⁶ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices*. *Op cit.* p. 24.

amigos personificam “interesses nacionais” como o agronegócio, a mineração, a agropecuária, a indústria, as finanças, a corporação militar, a indústria de defesa, as empresas, corporações privadas nacionais ou estrangeiras e seus representantes políticos.

Os inimigos, por sua vez, são apresentados como frontalmente contrários à realização dos “objetivos nacionais”. Existe uma gradação nessa construção ideológica do inimigo, uma vez que, ao apresentar uma crítica aparente e conservadora da sociedade, em defesa dos interesses de segmentos burgueses nacionais vinculados ao agronegócio e à mineração, há atores com marcadores sociais diferenciados. Nessa estratificação dos inimigos, no degrau mais baixo da pirâmide, estão os “cidadãos dependentes do Estado para sua sobrevivência”⁶⁷, em alusão àquelas frações mais marginalizadas dos trabalhadores que recebem programas sociais como o Bolsa Família. Também os indígenas e suas terras são retratados como inimigos, amparados por legislações que impedem a expansão do agronegócio e da mineração.

Um pouco acima, nessa estratificação dos inimigos do neofascismo, estão os professores de todos os níveis de ensino público, bem como os sindicatos docentes, que defendem “ideologias radicais”. Igualmente, são inimigos todos os que professam “antivalores culturais brasileiros, bem como um Estado centralizador e gestor do desenvolvimento e do bem-estar da população”⁶⁸.

Além deles, existem as “lideranças e elites” patrimonialistas, personalistas e corruptas, políticos que, na verdade, personificam a crítica neofascista e neoliberal ao Estado interventor e à democracia representativa. Alguns segmentos do poder judiciário, criticados pelo ativismo judicial, também são vistos como inimigos. Porém, as burocracias militar e judiciária – representada pela Operação Lava Jato –, foram aliadas na origem do movimento neofascista⁶⁹. As críticas do documento ao judiciário sinalizam a existência de um racha entre essas categorias. Essa ruptura deve-se à soltura do Presidente Lula da prisão, fato que teria engendrado a “percepção de impunidade e de leniência promovidas pelo Poder Judiciário devido à decisão de não cumprimento da pena com a condenação em segunda instância”⁷⁰.

Por fim, existem os ambientalistas e as ONG’s nacionais e estrangeiras, promotores de “campanhas caluniosas” contra “o Brasil como não cumpridor de critérios de preservação ambiental”⁷¹. Os ambientalistas associam-se a forças estadunidenses e europeias concorrentes e contrárias à expansão do agronegócio. A defesa deste setor da

⁶⁷ *Idem*, p. 36.

⁶⁸ *Idem*, p. 46.

⁶⁹ BOITO JR., A. O caminho brasileiro para o fascismo. *Op cit.*

⁷⁰ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices. Op cit.* p. 45.

⁷¹ *Idem*, p. 38.

economia faz com que o documento considere como inimigos o capital internacional e as potências globais que desejam explorar e controlar o agronegócio brasileiro. Essa construção do inimigo o torna “precisamente o outro, o desconhecido e, para sua essência, basta que ele seja, num sentido especialmente intenso, existencialmente algo diferente e desconhecido, de modo que, em caso extremo, sejam possíveis conflitos com ele [...]”⁷².

A estratégia de futuro dessa burocracia estatal e do mercado orienta-se por ideias conspiratórias rotinizadas no meio militar⁷³, o qual têm vários grupos da extrema direita em disputa. Elas tornaram-se difundidas aos civis através, entre outros, de Olavo de Carvalho, um dos ideólogos do movimento neofascista brasileiro. Segundo essa visão, a esquerda brasileira, ao perder o controle do aparato estatal após 1964, promoveria a “revolução cultural”, inspirada em Gramsci e na “guerra de posição”. Ela obtivera sucesso na luta pela hegemonia das ideias, controlando espaços de produção e difusão cultural, como o sistema de ensino público. Estaria interessada em destruir os seus oponentes, e caberia à direita agir do mesmo modo, segundo uma lógica de confronto extremo e de eliminação dos inimigos⁷⁴.

Também se faz presente no documento a ideia do “globalismo”, um modo pelo qual os neofascistas, inspirados na extrema-direita internacional, interpretam as relações internacionais na contemporaneidade. Para Olavo de Carvalho, estaria em curso uma “revolução globalista”, mudança social profunda que envolveria desde as estruturas de poder, até a educação, a moral e comportamentos individuais. Tal revolução seria um “projeto civilizacional” liderado por destacados atores econômicos – alinhados à Rússia e à China, denominados “metacapitalistas” –, por agências das ONU e por partidos e políticos de esquerda. O “globalismo” e os seus defensores, além de promover o “gayzismo” e o “abortismo”, pretendiam criar uma “administração planetária”, implantar o socialismo e destruir a civilização judaico-cristã⁷⁵.

O “globalismo”, desse modo, também é apresentado como inimigo. Ele seria um movimento de cunho internacionalista da “elite financeira mundial, ator não estatal constituído por megainvestidores, bancos, conglomerados transnacionais e outros

⁷² SCHMITT, C. *O conceito do político. Teoria do Partisan. Op cit.* p. 28.

⁷³ A exemplo das ideias contidas no “Orvil”, documento do exército brasileiro produzido no final da Ditadura. Convergem com a “guerra cultural” – apregoada pela direita trumpista nos EUA –, e as teorias do “marxismo cultural”. Segundo tais teorias conspiratórias, as ideias de esquerda adentrariam os costumes das massas, patrocinadas por intelectuais universitários que pretendem destruir a civilização ocidental (PETERS, 2022).

⁷⁴ PETERS, G. Guerras culturais. In: SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (Orgs.). *Dicionário dos negacionismos*. Recife: CEPE, 2022. p. 197-200

⁷⁵ SZWAKO, J.; MILANI, C. R. S. Globalismo. In: In: SZWAKO, J.; RATTON, J. L. (Orgs.). *Dicionário dos negacionismos*. Recife: CEPE, 2022. p. 153-155.

representantes do ultracapitalismo”⁷⁶. Promoveria intervenções “de caráter autoritário”⁷⁷ defendendo “um processo centralizado de tomada de decisões, em nível mundial, [...] [um] “governo mundial” [e uma] “agenda global”⁷⁸. Trabalharia a favor de “minorias”, dos direitos humanos e de preocupações “ambientalistas” que vão contra os objetivos nacionais, manifestando-se através do “ativismo judicial político-partidário”⁷⁹.

O fato é que a ideia conspiratória do “globalismo” atenta contra à “sociabilidade e à diversidade democráticas e, mais ainda, para a gestão dos riscos no Antropoceno”⁸⁰. No projeto de nação do Instituto Sagres, o globalismo é uma retórica que atua em favor da novíssima dependência, dos interesses da economia primário-exportadora, do agronegócio, da mineração e da agropecuária, contra o “ambientalismo” e os direitos humanos.

Igualmente, para a concepção da “revolução cultural”,

todo adversário das posições “bolsolavistas” é um inimigo; todo inimigo é uma espécie de comunista; [...] recorrerá a quaisquer expedientes necessários para destruir seus inimigos (inclusive, se houver oportunidade, a eliminação física). Conclusão: em face de um inimigo que almeja nossa eliminação, não temos outra escolha senão eliminá-lo antes⁸¹.

Essa ideia conspiratória é mobilizada para a perseguição e a eliminação dos aparelhos ideológicos do Estado, de professores e demais funcionários públicos que difundem “ideologias radicais”. Para o neofascismo, “o inimigo a ser combatido é o movimento democrático e popular, guiado por um reformismo superficial e desprovido de organização partidária de massa”⁸². Mais do que isso, vimos que os inimigos são: os beneficiários dos programas sociais; os indígenas; os professores e demais funcionários públicos favoráveis as “ideias utópicas”; os setores do judiciário que promovem o ativismo judicial; as lideranças políticas patrimonialistas, personalistas e fisiológicas; os ambientalistas; as ONG’s e os atores internacionais financeiros internacionais que ameaçam ou pretendem controlar o agronegócio brasileiro.

Direitos sociais, subalternos e meio ambiente

O *Projeto de Nação: Brasil 2035* coloca-se frontalmente contrário aos direitos sociais, aos interesses dos subalternos e à preservação do meio ambiente.

⁷⁶ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices*. *Op cit.* p. 11.

⁷⁷ *Idem*.

⁷⁸ *Idem*, p. 12.

⁷⁹ *Idem*.

⁸⁰ SZWAKO, J.; MILANI, C. R. S. *Globalismo*. *Op cit.*, p. 155.

⁸¹ PETERS, G. *Guerras culturais*. *Op cit.*, p. 199.

⁸² BOITO JR., A. *O caminho brasileiro para o fascismo*. *Op cit.* p. 7.

Em nome da redução do “custo Brasil”, o projeto defende “reformas estruturais” voltadas para o aumento da competitividade da economia brasileira no mercado mundial. Tais reformas previstas são a tributária, a trabalhista, a administrativa, as privatizações e a liberdade econômica⁸³. O termo “custo Brasil” surgiu na década de 1990 relacionado às reformas neoliberais dos governos Collor e FHC e os seus usos, à direita e à esquerda, estão associados à problemática ou cultura política do neoliberalismo⁸⁴.

Com vistas a aprofundar tais reformas, que vêm sendo implementadas no país, com maior ou menor intensidade, segundo os diferentes governos, desde àquela década, as reformas propostas pelo documento possuem um viés antipopular, antinacional e antidemocrático. Caso implementadas, penalizarão a classe trabalhadora e os subalternos, de modo direto – no caso das reformas tributária, trabalhista e administrativa – ou indireto, através da extinção do controle dos centros decisórios do Estado brasileiro que ainda existem – no caso da reforma tributária, das privatizações e da abertura econômica.

A reforma trabalhista, implementada no ano de 2017, alterou 201 pontos da legislação específica, liberalizou a terceirização e expandiu os contratos temporários. Ao flexibilizar as relações de trabalho, fragilizar as instituições de proteção social, individualizar os riscos, promover a lógica da concorrência, da empregabilidade e do empreendedorismo, em detrimento da proteção social sob o assalariamento, a reforma tem promovido o aumento do desemprego e da informalidade no país. Ela tornou-se expressão da destruição dos direitos sociais⁸⁵. Descontentes com a reforma trabalhista realizada pelo governo Temer, já favorável aos interesses do mercado e do “grande capital financeiro”, os autores do documento almejam novos ataques ao que restou de direitos dos trabalhadores.

Do mesmo modo, o *Projeto de Nação: Brasil 2035* coloca-se plenamente favorável à reforma administrativa, que existe como proposta legislativa na forma da PEC 32, encaminhada ao legislativo pelo governo Bolsonaro. Recentemente, voltou ao debate, no atual governo Lula, por iniciativa do Presidente da Câmara, Arthur Lira. Entre outros pontos, ela reduz a autonomia dos servidores públicos, delega a empresas privadas atividades exercidas pelo Estado, enfraquece o seu poder de intervenção e diminui a qualidade dos serviços prestados. Ademais, a reforma administrativa deixa para regulamentar posteriormente pontos fundamentais, não abrange carreiras de militares, de juízes, de membros do Ministério Público e de parlamentares, nas quais estão as maiores

⁸³ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices*. Op cit.

⁸⁴ OLIVEIRA, D. de. A cultura dos assuntos públicos: o caso do "custo Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], n. 14, jun. 2000. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3563>>. Acesso em: 01 set. 2023

⁸⁵ KREIN, J. D.; COLOMBI, A. P. F. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, 2019. p. 1-18.

distorções do aparelho de Estado. Ela não resolve os problemas e desvios a que se dispõe solucionar⁸⁶.

Além dessas contrarreformas, o documento, no âmbito do sistema de ensino público, estabelece dois objetivos inconstitucionais. O primeiro é a neutralização de correntes ideológicas de esquerda ou a perseguição de professores e professoras que não seguem a orientação “conservadora evolucionista e liberal” [sic.] dos formuladores do projeto. Esse objetivo fere o pluralismo político, garantido pela Constituição Federal de 1988. O segundo objetivo é a cobrança de mensalidade nas universidades públicas, que fere o artigo 206 sobre a “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”⁸⁷.

No âmbito da saúde, o documento defende a cobrança dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde para “pessoas cuja renda familiar fosse maior do que três salários mínimos”⁸⁸, extinguindo o acesso universal. Essa proposta infringe o artigo 196, segundo o qual “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”⁸⁹. Em relação ao saneamento básico, o documento endossa o Marco Legal do Saneamento Básico, que promoveu a abertura generalizada à iniciativa privada, mas, tal como a reforma trabalhista de 2017, considera-o insuficiente⁹⁰, e defende “estabelecer adequada segurança jurídica aos investidores privados, inclusive internacionais”⁹¹.

O *Projeto de nação: Brasil 2035* é crítico das políticas sociais existentes hoje no país, a despeito de seguirem a orientação das políticas neoliberais, que se caracterizam pelo “investimento em programas assistenciais pífios, focalizados e recheados de condicionalidades, aliado à manutenção do desemprego estrutural e ao não investimento em políticas universais”⁹². Ele considera um óbice o “alto percentual de cidadãos dependentes do Estado para sua sobrevivência”⁹³ e pretende neutralizar o “Estado centralizador e gestor do desenvolvimento e do bem-estar da população”⁹⁴.

O documento também revela a cobiça, pelo “grande capital internacional” e a burguesia associada, das terras indígenas e áreas de preservação ambiental. Uma de suas

⁸⁶ OREIRO, J. L.; FERREIRA-FILHO, Helder Lara. A PEC 32 da Reforma Administrativa: Uma análise crítica. *Brazilian Journal of Political Economy* 41 (3), 2021. pp. 487-506.

⁸⁷ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

⁸⁸ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices*. Op cit., p. 22.

⁸⁹ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

⁹⁰ LEITE, C. H. P.; NETO, J. M. M.; BEZERRA, A. K. L. Novo marco legal do saneamento básico: alterações e perspectivas. *Eng. Sanit. Ambient.* v.27 n.5. set/out 2022. p. 1041-1047

⁹¹ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices*. Op cit., p. 21.

⁹² BOSCHETTI, I. *Assistência social e trabalho no capitalismo*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 165.

⁹³ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices*. Op cit., p. 36.

⁹⁴ *Idem*, p. 46.

diretrizes consiste em “implantar o Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) Regional e remover as restrições da legislação indígena e ambiental, que se conclua serem radicais, nas áreas atrativas do agronegócio e da mineração”⁹⁵. Além disso, tem como um dos seus objetivos integrar a Amazônia às demais regiões do país e, uma das suas diretrizes, “recuperar a BR-319 para viabilizar a ligação da Amazônia Ocidental ao Centro-Oeste”⁹⁶.

Essa concepção está orientada por um modelo de desenvolvimento perverso, que pressupõe os recursos naturais como inesgotáveis, a apartação do ser humano da natureza, a desvalorização e uso destrutivo dos biomas brasileiros, o desprezo e destruição das formas de vida e de reprodução das populações locais, a aclimação do meio ambiente ao desenvolvimento e a exploração devastadora da natureza pelas atividades produtivas⁹⁷.

Com relação à Amazônia, esse modelo de ocupação, baseado na abertura de estradas para a integração do mercado interno, amplia o desmatamento da floresta. No caso da BR-319, não é uma opção viável, em razão da destruição ambiental, da necessidade constante de sua manutenção face às condições climáticas e hidrológicas desafiadoras – calor, chuva e resiliência da floresta – e outras variáveis que elevam os custos econômicos, ambientais e humanos. Nesse caso, seria mais atrativa a construção de vias fluviais e a implementação de um modelo de desenvolvimento no qual o respeito à floresta, aos rios e às populações locais sejam os princípios fundamentais⁹⁸.

Considerações finais

O Estado capitalista desempenha um papel consciente na sociedade civil, atua como produtor e emissor de ideologia, como mediador entre as diversas frações da classe dominante e do conjunto das classes sociais, cabendo à burocracia um papel importante na promoção da racionalidade estatal e na reprodução ampliada do capital. Como um elemento importante para o funcionamento do mercado, o Estado desempenha um papel decisivo ao influenciar a produção. Ele é a condição prévia para o mercado, fornece suporte econômico à produção e funciona como um sistema de mediações em vários aspectos⁹⁹.

Ao fazer os aparelhos de Estado funcionarem, a burocracia cria uma legitimidade própria, com seu “funcionamento hierárquico, por delegação de poder e do fetichismo do

⁹⁵ *Idem*, p. 83.

⁹⁶ *Idem*, p. 84.

⁹⁷ POCHMANN, M. Novos horizontes do Brasil na quarta transformação estrutural. *Op cit.*

⁹⁸ SANSOLO, D. G. Conservation Unit, Road and Territory: an analysis of the relationship between BR 319 and the Igapó-Açú Sustainable Development Reserve, Amazonas, Brazil. *Sociedade & Natureza*, [S. l.], v. 32, p. 210–224, 2020. DOI: 10.14393/SN-v32-2020-46996. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/46996>. Acesso em: 3 sep. 2023.

⁹⁹ ZAVALTA MERCADO, R. *René Zavaleta Mercado Ensayos 1975-1984. Obra completa II. Op cit.*

poder, contém, por exemplo, elementos carismáticos levando à autoridade suprema de um “chefe” – topo da pirâmide estatal, tendências de isolamento a respeito da representatividade popular”¹⁰⁰. Ela se constrói como categoria social por sua relação com o político e ideológico e não com o mundo da produção. Não sendo uma classe ou fração de classe, não tem papel na constituição do Estado capitalista, mas, embora possa constituir-se como força social, não terá poder político próprio.

Como força social, a burocracia é uma emissária ideológica. Enquanto parte da burocracia, os militares também participam da elaboração estatal do conhecimento sobre a sociedade civil, sempre convictos da sua superioridade epistemológica sobre o conjunto da nação, participam da produção de formas aparentes e da ideologia necessária. Esse é o mecanismo pelo qual os detentores do poder de Estado justificam e racionalizam as suas posições, convencendo a si próprios do seu poder, um requisito para bem exercê-lo¹⁰¹.

No caso do documento estudado, vimos que existem afinidades entre as ideologias neoliberais e neofascistas em torno de objetivos como assegurar a “propriedade privada” e a “livre iniciativa” no mundo da produção, a promoção de “ajustes fiscais” e a simpatia dos liberais pelas medidas de força¹⁰². Esses elementos fazem-se presentes no *Projeto de nação: Brasil 2035*, segundo a concepção política de amigos-inimigos¹⁰³, na qual, a despeito de uma criação conspiratória dos inimigos, os mais perigosos são os assalariados, os beneficiários dos programas sociais, os povos indígenas, professores e demais funcionários públicos favoráveis às “ideias utópicas”. Já os amigos representam o “interesse nacional”, estão ligados ao agronegócio, à mineração, à agropecuária, à indústria, às finanças, às Forças Armadas, à indústria de defesa, às empresas privadas nacionais ou estrangeiras e seus representantes políticos.

As medidas propostas pelo projeto são orientadas pelas ideias vigentes nas políticas neoliberais e pela lógica de eliminação dos inimigos presente na ideologia do fascismo. Essa ideologia tem permeado projetos políticos de governos não apenas no governo brasileiro anterior às eleições presidenciais de 2022. Muito mais do que o aparente desleixo do governo Bolsonaro, o projeto revela intenções deliberadas de desmonte do aparelho estatal, ataque aos direitos humanos, e ao meio ambiente, perseguição de inimigos em uma síntese que sistematiza as ideias rotinizadas na extrema direita mundial e brasileira.

No movimento neofascista, a classe média foi a classe-apoio do governo Bolsonaro, que atendeu, de modo prioritário, mas não exclusivo, ao “grande capital internacional” e à

¹⁰⁰ POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Op cit., p. 356.

¹⁰¹ TAPIA, L. *La producción del conocimiento local: historia y política en la obra de René Zavaleta*. Op cit.

¹⁰² MORAES, J. Q. de. *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*. Op cit.

¹⁰³ SCHMITT, C. *O conceito do político. Teoria do Partisan*. Op cit.

burguesia associada, voltando-se contra o neodesenvolvimentismo dos governos do PT¹⁰⁴. Mais do que isso, esse projeto de poder da alta classe média, que compõe a burocracia estatal e do mercado, pretende acabar com os direitos, ainda existentes, conquistados pelas classes trabalhadoras. É uma ameaça aos povos indígenas, às populações ribeirinhas, aos quilombolas e a outros grupos subalternos. Ele coloca em risco de destruição irreversível o meio ambiente, os biomas, a fauna e a flora do país.

Desse modo, o *Projeto de nação: Brasil 2035* é demagogia neofascista e neoliberal elaborada pela classe média que ocupa a burocracia do Estado, civil e militar, e a burocracia do mercado. O objetivo de alcançar “autonomia econômica, social, militar e científico-tecnológica”¹⁰⁵ está em contradição com suas diretrizes que reiteram a novíssima dependência, a submissão ao imperialismo sem nenhuma vantagem, e o sonho de alcançar uma economia exportadora de alimentos e minérios¹⁰⁶.

Recebido em 26 de setembro de 2021
Aceito em 04 de dezembro de 2023

¹⁰⁴ BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Op cit.*

¹⁰⁵ SAGRES, I. *Projeto de nação: prospectivos Brasil 2035 – Cenário Foco – Objetivos, Diretrizes e Óbices. Op cit.*, p. 11.

¹⁰⁶ NETO, M. D. *Comentários a um delírio militarista. Op cit.*